

Nota Informativa

Edição 159/2023

DESTAQUES

Relator quer primeira versão de parecer da reforma tributária até manhã de quinta-feira

Fazenda estuda propor veto total ao projeto de desoneração da folha, mas Planalto resiste

Indústria do futuro: Embrapii anuncia R\$ 60 milhões para tecnologias quânticas

Juristas defendem regulação da Inteligência Artificial

Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados pede estruturação do órgão

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Faixa de 3.5 GHz está disponível em mais 432 municípios

ANPD só tem quatro pessoas para fiscalizar todo o Brasil

Conselho Consultivo aborda implantação do 5G e desafios regulatórios da Inteligência Artificial

Gartner: 34% das empresas já estão usando ou implementando ferramentas de segurança com IA

MCom dá até dia 23 para empresas de satélites darem referência de preços para Gesac

Especialistas defendem clareza nas regras sobre inteligência artificial

MCTI vai investir R\$ 100 milhões em ações de popularização da ciência em 2023

REFORMA ADMINISTRATIVA

‘Reforma (administrativa) teria efeito pequeno’, diz secretário da Fazenda

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que imposto seletivo não será caminho para Zona Franca

Reforma Tributária é positiva para nota de crédito do Brasil, diz agência

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Campos Neto cita “ruído” e diz que probabilidade de corte de 0,25 ponto da Selic não é maior que de corte de 0,75 ponto

Fazenda e BNDES acertam adiar até 2030 repasse de R\$ 23 bi ao Tesouro

Governo discute parcelar Imposto de Renda sobre fundos exclusivos

ORÇAMENTO

PPA 2024-2027 prevê investimento superior a R\$ 6 bilhões em desenvolvimento social e garantias de direitos

POLÍTICA

Comissão aprova projeto que obriga escolas a garantir acessibilidade de conteúdo na internet

Após reunião com Pacheco, oposição suspende obstrução no Congresso

Desoneração da folha: governo ganha tempo para buscar acordo sobre votação

Haddad e relator não têm acordo sobre fundos exclusivos e offshores

DESTAQUES

Relator quer primeira versão de parecer da reforma tributária até manhã de quinta-feira Poder Legislativo | 18/10/2023 – 13h26min

O relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse na quarta-feira que deve terminar entre o fim do dia de quarta-feira (18) e o início de quinta-feira (19) o seu primeiro relatório a respeito do tema. Segundo ele, a partir daí será possível “termos uma rodada mais formal de negociação com governo [federal] e bancadas”. “Muito provavelmente, teremos algumas versões do relatório”, disse após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A reunião foi realizada na sede do ministério e serviu para Braga apresentar a sua proposta de tratamento específico para a Zona Franca de Manaus (ZFM) na reforma. Segundo Braga, a maior parte dos ajustes no tratamento à ZFM “são meramente de redação”. Mas o senador reconheceu que há um debate mais amplo sobre a adoção do imposto seletivo e se esse imposto “é adequado ou não aos produtos da Zona Franca”. “Estamos estudando alternativas [para separar os debates sobre o imposto seletivo e a competitividade da ZFM]”, disse. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda estuda propor veto total ao projeto de desoneração da folha, mas Planalto resiste

Poder Executivo | 18/10/2023 – 04h

O Ministério da Fazenda avalia propor veto total ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O Palácio do Planalto, no entanto, resiste à ideia por causa do desgaste político e do impacto para as empresas. Entre articuladores do governo, tem circulado o argumento de que, desde a reforma da Previdência, ficou vedado adotar medidas que possam reduzir a arrecadação de recursos do

fundo que banca as aposentadorias. Por isso, a prorrogação da desoneração seria inconstitucional. A expectativa é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reúna com ministros para iniciar ainda nesta semana a discussão sobre o projeto. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Indústria do futuro: Embrapii anuncia R\$ 60 milhões para tecnologias quânticas

Poder Executivo | 18/10/2023

Com objetivo de viabilizar o avanço das Tecnologias Quânticas no Brasil, a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) anunciou, na terça-feira (17), o investimento de R\$ 60 milhões para a criação do Centro de Competência Embrapii em Tecnologias Quânticas. O Senai Cimatec, instituição de educação, ciência, tecnologia e inovação de excelência, localizada em Salvador, na Bahia, foi selecionado para liderar a iniciativa. Os recursos investidos são originários do PPI IoT/Manufatura 4.0, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). Fonte: ASCOM EMBRAPII

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Juristas defendem regulação da Inteligência Artificial

Poder Legislativo | 17/10/2023 – 19h52min

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial (CTIA) ouviu na terça-feira (17) os juristas responsáveis pelo anteprojeto sobre o tema (PL 2338/2023). Especialistas defenderam que a regulação é uma forma de garantir o direito à privacidade e à proteção de dados. O relatório será apresentado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) após o ciclo de audiências públicas. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados pede estruturação do órgão

Poder Executivo | 17/10/2023 – 20h08min

Em audiência pública realizada na terça-feira (17) pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Waldemar Gonçalves, defendeu carreira própria na área de proteção de dados para atuação eficiente da autarquia. Ele explicou as ações feitas pela ANPD para a segurança das informações em poder de instituições. O debate foi um pedido do presidente da CI, senador Confúcio Moura (MDB-RO). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Faixa de 3.5 GHz está disponível em mais 432 municípios

Poder Executivo | 18/10/2023 – 12h26min

A partir do dia 23 de outubro de 2023, as prestadoras que adquiriram lotes na faixa de 3,5 GHz poderão solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o licenciamento e ativação de estações de 5G nessa faixa em mais 432 municípios, segundo deliberação ocorrida na quarta-feira, 18/10, em Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz (GAISPI). Com a decisão, serão 2.456 os municípios com a faixa de 3,5 GHz disponível para utilização por estações do 5G standalone, perfazendo aproximadamente 156 milhões de brasileiros, o que corresponde a 73% da população do Brasil. Para facilitar o acompanhamento dos municípios liberados, o GAISPI disponibiliza painel de dados apresentando os municípios em que a faixa de 3,5 GHz já se encontra

liberada e, também, o planejamento aprovado pelo Grupo para as próximas liberações. Importante ressaltar que a liberação da faixa não significa que redes do 5G serão instaladas de imediato nas localidades: a instalação antecipada de estações de quinta geração nessas cidades depende do planejamento individual de cada prestadora. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD só tem quatro pessoas para fiscalizar todo o Brasil

Poder Executivo | 18/10/2023

Prestes a completar três anos, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados enfrenta alta rotatividade de funcionários e aponta para a falta de um quadro próprio regulamentado como principal motivo. Uma das preocupações é com a fiscalização, que conta com somente quatro servidores. "Aprendemos e capacitamos. Agora, para o trabalho massivo, temos que ter pessoal. Não tem como quatro pessoas fiscalizarem todo o território nacional", afirmou o presidente da ANPD, Waldemar Gonçalves, durante audiência no Senado Federal. Ele destacou que a atividade é especializada, mas a fuga de talentos começa ainda na fase de treinamento. "Muitas vezes, ainda no período de capacitação, perdemos essas pessoas para órgãos que requisitam com ofertas melhores e nós nada podemos fazer." "Começamos com 36 posições e hoje temos 119 requisitados. Requisitados nos dão vantagem de trazer quem a gente vê que tem o perfil para trabalhar na Autoridade. Mas por não ter cargos e funções a distribuir, a rotatividade deles é muito grande. Então, não tem como nós segurarmos", disse.

Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Consultivo aborda implantação do 5G e desafios regulatórios da Inteligência Artificial

Poder Executivo | 18/10/2023 – 11h55min

O Conselho Consultivo da Anatel realizou na terça-feira, 17 de outubro, sua 213ª reunião, na sede da Agência, em Brasília. O Conselho tratou sobre a implantação do 5G no Brasil e sobre os desafios regulatórios da inteligência artificial no País. O presidente Carlos Baigorri e o conselheiro diretor Artur Coimbra participaram da reunião, presidida pelo conselheiro consultivo Leonardo Bortoletto. Órgão de participação institucionalizada da sociedade nas atividades e nas decisões da Agência, o Conselho Consultivo é integrado por 12 membros, designados por decreto do presidente da República mediante indicação de dois representantes de cada uma das seguintes entidades/órgãos: Senado Federal; Câmara dos Deputados; Poder Executivo; entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações; entidades representativas dos usuários; e entidades representativas da sociedade. Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Gartner: 34% das empresas já estão usando ou implementando ferramentas de segurança com IA

Poder Executivo | 18/10/2023

O Gartner divulgou que 34% das companhias já estão usando ou implementando ferramentas de segurança de aplicativos com inteligência artificial (IA) para mitigar os riscos associados à inteligência artificial generativa (GenAI, na sigla em inglês). Os dados são da pesquisa Gartner Peer Community, realizada de 1 a 7 de abril deste ano com 150 líderes de TI e segurança da informação de empresas, nas quais a inteligência artificial generativa está em uso ou implementação. Cerca de 26% dos entrevistados afirmaram, também, que estão atualmente usando ou implementando tecnologias de melhoria da privacidade (PET), ModelOps (25%) ou monitoramento de modelos (24%). Fonte: Abranet

MCom dá até dia 23 para empresas de satélites darem referência de preços para Gesac

Poder Executivo | 17/10/2023 – 19h39min

O Ministério das Comunicações já deu início ao processo de pesquisa de preço para a contratação de serviço para atendimento ao programa Gesac/WiFi Brasil. O pedido partiu da diretoria de projetos de infraestrutura e inclusão digital do MCom no último dia 6 de outubro, com prazo curto para respostas: até dia 23. A expectativa das empresas que receberam a solicitação é que a tomada de preços sirva para dar um parâmetro ao governo sobre a viabilidade da contratação pretendida nas novas condições tecnológicas. Ao todo, o pedido foi endereçado a 52 empresas e associações, incluindo a Abrasat, Abrint, Telcomp, Conexis e Abramulti; a Telebrás, as empresas de telecomunicações TIM, Oi, Claro e Vivo, empresas de redes neutras como V.tal e Winity; empresas de satélite, como Hughes, Intelsat, SES, Viasat, Embratel/StarOne, Hispasat, Eutelsat, Telesat e Sky; e novos entrantes, como SpaceX, Swarm (que é uma empresa da Starlink), Amazon/Kuiper, Kepler e OneWeb, entre outras. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas defendem clareza nas regras sobre inteligência artificial

Poder Legislativo | 17/10/2023 – 18h55min

Em debate na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) na terça-feira (17), especialistas saudaram o amadurecimento da discussão parlamentar sobre o tema e defenderam uma legislação que estabeleça regras claras para a inteligência artificial (IA) sem criar obstáculos para os necessários investimentos no setor. O objetivo da reunião foi discutir o relatório final da comissão de juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil, apresentado em dezembro de 2022. A audiência faz parte de ciclo de debates realizado a requerimento (REQ 4/2023) do senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator da comissão. A CTIA foi criada em agosto para analisar, em 120 dias, o projeto de lei que regulamenta o uso de IA (PL 2.338/2023), de autoria do senador Rodrigo Pacheco — presidente do Senado —, e derivado do anteprojeto apresentado pela comissão de juristas. A comissão também trata de projetos correlatos, como o PL 5.051/2019, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN); o PL 872/2021, do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB); e o PL 21/2020, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE). Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI vai investir R\$ 100 milhões em ações de popularização da ciência em 2023

Poder Executivo | 17/10/2023 – 15h01min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou na terça-feira (17) o investimento de R\$ 100 milhões em ações de popularização da ciência em 2023. A afirmação foi feita durante a abertura da 20ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – maior evento de popularização da ciência do país. Em Brasília, será realizada até 23 de outubro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. “Queremos uma ciência democrática. Por isso, neste ano de 2023, vamos investir R\$ 100 milhões em ações de popularização da ciência. É o maior investimento já realizado para aproximar a ciência das pessoas”, disse a ministra. Participaram do evento os ministros da Educação, Camilo Santana, do Meio Ambiente, Marina Silva, da Saúde, Nísia Trindade, e das Comunicações, Juscelino Filho. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

'Reforma (administrativa) teria efeito pequeno', diz secretário da Fazenda

Poder Executivo | 18/10/2023 – 13h09min

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse, na terça (17), que a reforma administrativa está na agenda econômica do governo, mas frisou que as medidas em debate não têm como objetivo ajudar no esforço fiscal necessário para reequilibrar as contas públicas. "A reforma administrativa é importante, não podemos nos furtar a esse debate. Mas devemos olhar da forma mais macro possível, com o primeiro objetivo de melhorar a eficiência dos serviços ao cidadão e, apenas em segundo lugar, (com o objetivo de) uma redução de custos", disse ele, em evento que debateu o futuro dos meios de pagamento. "Até porque o efeito é pequeno diante da necessidade de ajuste fiscal que a União tem hoje. Precisamos de um ajuste que a reforma administrativa não consegue entregar.". Embora as medidas fiscais apresentadas ao Congresso até aqui estejam direcionadas apenas ao aumento da arrecadação – o que tem rendido críticas de especialistas e do mercado à equipe econômica -, Durigan afirmou que o governo também está fazendo o debate sobre as despesas. "Devemos apresentar também medidas nesse sentido de aprimoramento do gasto público.". Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que imposto seletivo não será caminho para Zona Franca

Poder Legislativo | 18/10/2023 – 13h42min

O relator da reforma tributária no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), disse que o imposto seletivo, conhecido como imposto do pecado, não será usado para dar vantagens à Zona Franca de Manaus. Braga teve reunião na 4ª feira (18.out.2023) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da reforma tributária. Ele disse que terá um texto preliminar do relatório no fim de 4ª feira (18.out.2023) ou início de 5ª feira (19.out). Depois de concluído, o governo e líderes terão "rodadas de negociação". O relator disse que está elaborando "alguns ajustes" no texto da reforma que trata sobre a Zona Franca de Manaus. A principal delas é sobre o imposto seletivo. Uma reportagem do portal g1 mostrou que o tributo seletivo, ou imposto do pecado, também taxaria bicicletas, motos e televisões. O imposto seria destinado a produtos danosos a saúde, como bebidas e cigarros. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Reforma Tributária é positiva para nota de crédito do Brasil, diz agência

Mercado | 17/10/2023 – 19h46min

A Reforma Tributária tem implicações positivas para o perfil de crédito do Brasil. Essa é a avaliação da agência de classificação de risco Moody's assinada pela vice-presidente e analista sênior de riscos soberanos Samar Maziad. Segundo a executiva, os benefícios da simplificação do código tributário devem superar os custos gerados tanto pelo Fundo de Desenvolvimento Regional, compensação federal aos estados pelo fim da guerra fiscal, como por algumas desonerações. "O impacto fiscal para o Brasil dependerá do escopo dos benefícios fiscais, mas a simplificação do código tributário oferecerá ganhos de produtividade e um melhor ambiente de negócios", diz Maziad. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Campos Neto cita “ruído” e diz que probabilidade de corte de 0,25 ponto da Selic não é maior que de corte de 0,75 ponto

Poder Executivo | 18/10/2023 – 14h39min

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na quarta-feira que em nenhum momento, em sua viagem recente ao Marrocos, disse que a probabilidade de a autarquia desacelerar o ritmo de cortes da taxa básica Selic para 0,25 ponto percentual era maior que a de acelerar o ritmo para 0,75 ponto percentual, qualificando como “ruído” uma interpretação dada à questão. “Uma das falas em Marrocos gerou um ruído lá, sobre um tema de qual era o balanço de riscos e o que a gente entendia que era a probabilidade de 25 ou 75 (pontos-base de corte da Selic). Eu em nenhum momento falei nada nem remotamente parecido com o que foi interpretado... (de que) uma probabilidade de uma coisa era maior que a outra”, afirmou na quarta-feira Campos Neto, em evento em São Paulo. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda e BNDES acertam adiar até 2030 repasse de R\$ 23 bi ao Tesouro

Poder Executivo | 17/10/2023 – 21h55min

O Ministério da Fazenda e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) chegaram a um acordo para que R\$ 23 bilhões em recursos a serem devolvidos pela instituição financeira ao Tesouro Nacional sejam pagos em um cronograma mais prolongado. Em vez de os recursos serem transferidos neste ano, o novo acerto prevê oito parcelas até 2030. O acerto marca uma reversão no plano de pagamentos, já que o governo Jair Bolsonaro –sob a liderança na economia do ministro Paulo Guedes– tinha acordado que o banco devolveria até o mês que vem as últimas parcelas dos recursos emprestados à instituição durante gestões petistas anteriores. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo discute parcelar Imposto de Renda sobre fundos exclusivos

Poder Executivo | 17/10/2023 – 20h26min

O governo avalia permitir o parcelamento, em 2023 e 2024, do Imposto de Renda (IR) sobre o estoque de rendimentos dos fundos exclusivos, disse na terça-feira (17) o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Relator do projeto que antecipa a cobrança de IR sobre esses fundos e institui a tributação de offshores (investimentos em empresas no exterior), o parlamentar reuniu-se com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na tarde de terça-feira. Inicialmente previsto para ser votado até a quarta-feira (18), o projeto teve a votação adiada. O governo tentou votar a proposta ainda na mesma semana, mas o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira (Republicanos -SP), atendeu a um pedido do PL, do PP e do União Brasil e manteve o acordo original para votar o texto só no dia 24. Pereira comanda a Câmara durante a ausência de Lira, que está em viagem oficial à Índia e à China. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

PPA 2024-2027 prevê investimento superior a R\$ 6 bilhões em desenvolvimento social e garantias de direitos

Poder Executivo | 17/10/2023 – 18h45min

Em audiência pública realizada na terça-feira (17/10) na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), na Câmara dos Deputados, a secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Leany Lemos, detalhou o primeiro eixo temático do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que prevê o investimento de R\$ 6,32 bilhões no desenvolvimento social e garantia de direitos para os próximos quatro anos. Considerando os três eixos do PPA, durante o período são estimados dispêndios globais da ordem de R\$ 13,3 bilhões, incluindo recursos orçamentários e não orçamentários. As prioridades do PPA 2024-2027 são o combate à fome e redução de desigualdade, educação básica, atenção primária e especializada no âmbito da saúde, novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), neoindustrialização, trabalho e renda e combate ao desmatamento, além de enfrentamento à emergência climática. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Comissão aprova projeto que obriga escolas a garantir acessibilidade de conteúdo na internet

Poder Legislativo | 18/10/2023 – 13h30min

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga escolas públicas e privadas a garantir a acessibilidade de todo o conteúdo público disponível em suas páginas na internet. O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), ao Projeto de Lei 969/21, da ex-deputada Edna Henrique, e um apensado (PL 3985/21). O projeto original determina que escolas públicas e particulares disponibilizem tradução em braile em suas páginas na internet. Mas o relator observou que o sistema braile “é apenas um entre os formatos acessíveis de leitura atualmente existentes – e a constante evolução tecnológica tende a apresentar sempre novas opções”. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Após reunião com Pacheco, oposição suspende obstrução no Congresso

Poder Legislativo | 18/10/2023 – 13h07min

Um dia após se reunirem com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e terem recebido sinalização de que pautas de seu interesse terão espaço no Legislativo, parlamentares de partidos da oposição, como PL e Novo, e de bancadas temáticas, como ruralista e evangélica, anunciaram na quarta-feira (18) a suspensão da obstrução à pauta dos plenários da Câmara e do Senado, que durava cerca de três semanas. Em nota, os partidos e as bancadas temáticas informaram que decidiram suspender a obstrução após Pacheco sinalizar que submeterá para apreciação “iniciativas que assegurem e preservem as prerrogativas constitucionais do Parlamento”. A obstrução é um recurso previsto nos regimentos da Câmara e do Senado que, na prática, tenta barrar votações de um determinado projeto. Além da suspensão da obstrução, os parlamentares indicaram que se manterão “vigilantes, diligentes e abertos ao diálogo na busca de nosso objetivo fundamental que é a preservação do estado democrático de direito baseado na independência, equilíbrio e harmonia entre os Poderes”. A estratégia ganhou força como forma de protesto a julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), em especial o que declarou inconstitucional o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a análise de ações consideradas sensíveis para a ala mais conservadora (como a descriminalização do porte de maconha e do aborto até a 12ª semana). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desoneração da folha: governo ganha tempo para buscar acordo sobre votação

Poder Executivo | 18/10/2023 – 12h22min

O governo conseguiu ganhar algum tempo na terça (17), com o adiamento por mais uma semana da votação do projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia – e que ainda estende o benefício às prefeituras. O impacto fiscal da inclusão das prefeituras no projeto de desoneração é de cerca de R\$ 11 bilhões, segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) – despesa extra que a equipe econômica quer evitar. Depois de o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator da proposta, apresentar na terça-feira (17) o seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), parlamentares governistas pediram vista (ou seja, que fosse dado um prazo para a análise do texto), e a votação do projeto foi postergada. Coronel contava com um prazo de vista mais curto – de algumas horas – para votar a medida ainda na terça-feira (17), mas o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), decidiu adiar a análise para a próxima terça-feira, dia 24. O Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, apurou que o governo tenta ganhar tempo para costurar um acordo com os prefeitos e, assim, viabilizar politicamente o veto do trecho que estende a desoneração aos municípios. Além disso, o Planalto gostaria que o texto da desoneração fosse analisado somente após a conclusão da reforma tributária. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad e relator não têm acordo sobre fundos exclusivos e offshores

Poder Executivo | 17/10/2023 – 16h51min

O relator do projeto que muda a taxa de fundos exclusivos e offshores, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), disse não haver acordo para equalização de alíquotas. Também não há definição sobre o número de cotistas no Fiagro (Fundo de Investimento do Agronegócio). Afirmou ainda que o prazo para apresentar o relatório é até 24 de outubro. O projeto prevê que os fundos exclusivos teriam a taxa de 15% ou 20% de Imposto de Renda com base no prazo do investimento. Já as offshores seriam mais tributadas, em 22,5% de alíquota. O deputado estuda, com o governo, igualar as taxas. O Ministério da Fazenda é contrário, porque a medida reduziria o potencial de arrecadação do governo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br